



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Contrato nº 24/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO E AUDIODESCRIÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO E A EMPRESA BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA OITAVA REGIÃO, de um lado, Órgão do Poder Judiciário da União, com sede na Av. T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Qd. T-22, – Setor Bueno, Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.395.868/0001-63, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo servidor Álvaro Celso Bonfim Resende, Diretor-Geral, no uso da competência delegada pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 69/2017, e, de outro lado, a empresa **BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER**, sediada na Estrada Antiga Fernando Ferrari, nº 7063, Bairro Passo do Pinto, Glorinha-RS, CEP 94.380-000, e-mail: contato@gestalk.org / bibiana@gestalk.org, telefone: (51) 99443-3808, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.428.781/0001-05, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Bibiana Vicente dos Santos Schneider, Empresária, tendo em vista o que consta no PROAD TRT/18ª nº **16771/2023**, resolvem celebrar o presente contrato, que se regerá nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 (regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015), e em observância às disposições da Lei nº 13.709/2018 e em conformidade com as instruções constantes do Edital “Pregão Eletrônico nº 04/2024”, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de tradutor de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição, na modalidade online e/ou presencial, em eventos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em Goiânia, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo

I do Edital “Pregão Eletrônico nº 04/2024”, que regeu a presente contratação, e, no que couber, à proposta da CONTRATADA, que, independentemente de transcrição, passam a fazer parte integrante e complementar do presente contrato.

§1º A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo deslocamento dos profissionais ao local da realização do evento.

§ 2º São estimados, para a presente contratação, os seguintes quantitativos:

GRUPO							
Item	Descrição	UN	¹ CCS	² COCER	³ EJ	⁴ MPT	TOTAL
01	Tradução/Interpretação de Libras – Simultânea ou Consecutiva Remota	Hora	690	---	54	---	744
02	Tradução/Interpretação de Libras – Simultânea ou Consecutiva Presencial	Hora	---	13	50	5	68

Item	Descrição	UN	¹ CCS
03	Tradução/Interpretação de Libras Pré-gravada (Audiovisual)	Hora	12
04	Audiodescrição – Pré-gravada (Audiovisual)	Hora	12

A quantidade é meramente estimativa, não se constituindo em qualquer obrigação por parte do Tribunal.

¹ CCS – Coordenadoria de Comunicação Social

² COCER – Coordenadoria de Cerimonial

³ EJ – Escola Judicial

⁴ MPT - Ministério Público do Trabalho

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

Objetivando suportar a presente contratação, foi instaurado, nos autos do PROAD nº 16771/2023–TRT/18ª Região, em conformidade com as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 (regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015), e em observância às disposições da Lei nº 13.709/2018, do procedimento licitatório próprio, na modalidade de Pregão Eletrônico, que recebeu o número 04/2024, do tipo “menor preço por grupo/item”.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE são aquelas previstas nos itens 6 e 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, observada ainda, a disposição constante do item 17 - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS - do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, pelos gestores conforme a seguir, indicados na forma do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, cumprindo as determinações contidas na Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 002/2014:

a) Item 2 (COCER): pela Diretora de Coordenadoria de Cerimonial, Adnólia Pereira de Oliveira Aires, que atuará como gestora deste contrato e a servidora Mariana Amélia Rodrigues de Almeida Teles como sua eventual substituta (Telefones: 62 3222-5569/5405, e-mails: adnolia.aires@trt18.jus.br / mariana.almeida@trt18.jus.br);

b) Itens 1 e 2 (EJ): pelo Secretário-Executivo da Escola Judicial, Gil César Costa de Paula, que atuará como gestor deste contrato e a servidora Keyla de Moraes M. Fonseca como sua eventual substituta (Telefones: 62 3222-5537/5553, e-mail: escolajudicial@trt18.jus.br / gil.paula@trt18.jus.br / keyla.fonseca@trt18.jus.br);

c) Item 2 (MPT) e os itens 1, 3 e 4 (CCS): pela Diretora da Coordenadora de Comunicação Social, Lídia Barros Nercessian, que atuará como gestora deste contrato e os servidores Maurício Alves Pimentel, Fabíola Mendes Villela, Jaqueline dos Santos M. Rodrigues e Lívia de Freitas do Lago e Abreu como seus eventuais substitutos, nesta ordem, (Telefones: 62 3222-5239/5419/5390/5351/5417, e-mails: comunicacao@trt18.jus.br / lidia.barros@trt18.jus.br / mauricio.pimentel@trt18.jus.br / fabiola.villela@trt18.jus.br / jaqueline.martins@trt18.jus.br/ livia.abreu@trt18.jus.br).

Parágrafo único. A Equipe de Gestão da Contratação será composta pelos seguintes fiscais:

a) Para Coordenadoria de Cerimonial (COCER): a servidora Rogéria Rodovalho Faria como fiscal técnica e Emmanuelle Lima Catulio como sua substituta eventual; e Emmanuelle Lima Catulio como fiscal administrativo e Rogéria Rodovalho Faria como sua substituta eventual (e-mails: rogeria.faria@trt18.jus.br e emmanuelle.catulio@trt18.jus.br; telefones de contato: 62 3222-5815 e 3222-5418).

b) Para Coordenadoria de Comunicação Social (CCS): a servidora Lívia de Freitas do Lago e Abreu como fiscal técnica e Fabíola Mendes Villela como sua substituta eventual; e Fabíola Mendes Villela como fiscal administrativo e Lívia de Freitas do Lago e Abreu como sua substituta eventual (e-mails: livia.abreu@trt18.jus.br e fabiola.villela@trt18.jus.br, telefones: 62 3222-5417 e 3222-5390).

c) Para a Escola Judicial (EJ): a servidora Maria Angélica Machado como fiscal técnica e Márcia Divina Bueno Rosa como sua substituta eventual; e Márcia Divina Bueno Rosa como fiscal administrativo e Maria Angélica Machado como sua substituta eventual (telefones: 62 3222-5746 e 3222-5614; e-mails: escolajudicial@trt18.jus.br, marcia.rosa@trt18.jus.br e maria.angelica@trt18.jus.br).

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A forma de execução dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA são aqueles previstos no item 3 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto deste contrato, serão recebidos conforme estabelecido no item 10 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O preço unitário e total para a prestação dos serviços, nele incluídas todas as despesas e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, objeto deste contrato, é fixado conforme quadros abaixo:

GRUPO						
Item	Descrição		Unidade	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
01	Tradução/Interpretação de Libras – Simultânea ou Consecutiva remota	Hora	744	R\$ 84,00	R\$ 62.496,00	
02	Tradução/Interpretação de Libras – Simultânea ou Consecutiva presencial	Hora	68	R\$ 129,00	R\$ 8.772,00	
VALOR TOTAL						R\$ 71.268,00

Item	Descrição		Unidade	Qtd. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
03	Tradução/Interpretação de Libras Pré-gravada (Audiovisual)	Hora	12	R\$ 43,00	R\$ 516,00	

04	Audiodescrição – Pré-gravada (Audiovisual)	Hora	12	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.876,00

§ 1º O valor total anual estimado para a presente contratação é de R\$ 75.144,00 (setenta e cinco mil cento e quarenta e quatro reais).

§ 2º Os preços contratados deverão compreender todas as despesas com mão de obra, impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, transportes e qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele inerentes encontram-se definidos no item 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de sua assinatura, prorrogável por sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, a critério do CONTRATANTE e desde que verificada a vantajosidade das condições contratadas, permitida a negociação com a CONTRATADA, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e terá eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§1º Nos contratos com prazo de vigência de até 5 (cinco) anos devem ser observadas as diretrizes previstas nos incisos I, II e III, do art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

§2º A prorrogação estará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Manifestação expressa do gestor sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente e que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

b) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e

c) Comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

§3º O ajuste em tela não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou

impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (18/01/2024). Após este prazo, os preços serão reajustados anualmente, conforme § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria.

§ 1º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 2º No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§ 3º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O detalhamento das medidas de proteção e tratamento de dados pessoais encontram-se descritos no item 16 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções relacionadas à execução deste contrato são aquelas previstas no item 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá atender as disposições constantes da Resolução nº 310/2021 do CSJT – Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

§1º O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§2º A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

§3º Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

§4º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§5º Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§6º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

§7º Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§8º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

§9º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021).

§10º O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, a CONTRATADA reconhece, de logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para ressarcimento ao CONTRATANTE por prejuízos decorrentes da não execução, para o pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, para pagamento das multas a ele devidos e para a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela setguradora, quando cabível ;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas;

§ 1º Caso a CONTRATADA cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente contrato, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra empresa, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à CONTRATADA, sendo certo que a CONTRATADA arcará com todas as despesas daí decorrentes.

§ 2º A utilização, pelo CONTRATANTE, do direito a ele assegurado no parágrafo anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à CONTRATADA reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pelo CONTRATANTE, do disposto no caput.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE, conforme Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0052, Elemento de Despesa 3.3.90.39, para o exercício de 2024.

Parágrafo único. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Goiânia–GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento.

Goiânia–GO/2024.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Diretor-Geral
TRT/18ª

ASSINADO ELETRONICAMENTE
BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER
Empresária
BIBIANA VICENTE DOS SANTOS SCHNEIDER

Testemunhas:

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Nome: Milla Pitaluga Tavares
CPF: 857.203.301-78

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Nome: Renata Mangili A. S. Dutra
CPF: 996.072.471-91